



**EQUIDADE
ÉTNICO-RACIAL
NO NOVO
PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO (PNE)**

**CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO
DO TEXTO EM TRAMITAÇÃO NO SENADO**



EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL NO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)

**CONTRIBUIÇÕES PARA O APRIMORAMENTO
DO TEXTO EM TRAMITAÇÃO NO SENADO**

MARÇO DE 2026

O COLETIVO DE ORGANIZAÇÕES NEGRAS DO PNE ANTIRRACISTA

CEDENPA: o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará [CEDENPA] foi fundado em 1980, no contexto da redemocratização brasileira, com o objetivo de promover a justiça racial e fortalecer a organização política da população negra no Pará. A entidade atua como uma associação sem fins lucrativos, marcada pela diversidade interna e pela forte liderança de mulheres negras.

CEERT: criado em 1990, o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT é uma organização não-governamental que produz conhecimento, desenvolve e executa projetos voltados para a promoção da igualdade de raça e de gênero.

CONAQ: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas reúne atualmente 24 estados e atua com mais de 3.500 comunidades em todo o país. As organizações quilombolas nos estados possuem diferentes formas de organização, como Associações, Federações ou Comissões.

ODARA: Odara – Instituto da Mulher Negra é uma organização negra feminista, centrada no legado africano, sediada em Salvador, na Bahia. O Instituto surgiu em 2010 com o compromisso de atuar pelo fortalecimento da autonomia e garantia de direitos das mulheres negras, e pelo enfrentamento às violências raciais e de gênero.

Peregum: o Instituto de Referência Negra Peregum é uma organização sem fins lucrativos fundada por militantes da educação popular. Peregum atua a partir de três estratégias: Articulação e Fortalecimento do Campo e dos Movimentos Negros, Incidência Política e Racialização do Debate Público, que são aplicadas em seus três eixos programáticos: educação, justiça racial e segurança, clima e cidade

Geledés: Geledés Instituto da Mulher Negra é uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e de pessoas negras em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira, que limitam o acesso aos direitos. Ao longo de nossa atuação, ampliamos nossos compromissos e posicionamentos também contra outras formas de discriminação e preconceito, que limitam a realização da plena cidadania, tais como: a lesbofobia, a homofobia, a transfobia, a bifobia, regionais, racismo religioso, à pessoa com deficiência, de opinião e de classe – o que integra os princípios norteadores da nossa agenda estratégica.

Instituto GUETTO: o Instituto GUETTO é uma instituição sem fins lucrativos que desenvolve pesquisa e indicadores, consultorias e treinamento nas áreas de inclusão e diversidade, direitos humanos e capacitação profissional, com vistas a combater as iniquidades raciais e de gênero no ambiente institucional.

Athena: a Athena é um instituto especializado em letramento racial institucional. Atuamos junto a escolas, empresas, organizações sociais e instituições públicas que compreendem que a equidade racial é uma responsabilidade institucional, e não uma tendência passageira.

Observatório da Branquitude: organização da sociedade civil, fundada em 2022 e dedicada a produzir conhecimento e pressionar instituições e autoridades públicas para que enfrentem as desigualdades raciais, com atenção a quem mais tem extraído delas benefícios materiais e simbólicos: a branquitude.

DACOR: criado em 2020 e oficializado em 2021, o Instituto DACOR – Dados contra o Racismo – é uma organização não-governamental que nasceu da vontade de ser um propulsor de ações para combater o racismo no país por meio do uso de dados e evidências.

INTRODUÇÃO

O novo ciclo de revisão do Plano Nacional de Educação (PNE) ocorre em um momento importante para o enfrentamento das desigualdades raciais no ensino. As evidências produzidas ao longo dos anos mostram que essas desigualdades estão fortemente atravessadas pelo racismo e pelas disparidades socioeconômicas, e que muitas vezes permeiam toda a trajetória escolar de crianças e jovens negros/as, impactando desde a permanência até os resultados de aprendizagem.

Tudo isso se intensifica entre estudantes que vivem em territórios historicamente vulnerabilizados, onde as condições de oferta educacional e de acesso a direitos tendem a ser mais desafiadoras. Essa realidade evidencia a necessidade de um compromisso público consistente com uma educação de qualidade, inclusiva e orientada pela equidade.

Nesse cenário, o princípio da equidade, presente no conteúdo do novo plano, precisa ser acompanhado de parâmetros que permitam identificar e monitorar os grupos mais impactados pelas desigualdades no acesso à educação de qualidade. A incorporação explícita de indicadores de raça/cor e nível socioeconômico nas metas, estratégias e mecanismos de acompanhamento do PNE é fundamental para que o plano cumpra seu papel de orientar políticas educacionais capazes de enfrentar desigualdades históricas no sistema educacional brasileiro.

Assim, este documento apresenta dimensões consideradas estratégicas para contribuir com o aprimoramento do texto do novo PNE em tramitação no Senado Federal. Ao reconhecer a centralidade da equidade étnico-racial no planejamento educacional, busca fortalecer a capacidade do plano de orientar políticas públicas comprometidas com a superação das desigualdades raciais no sistema educacional brasileiro.

**CENÁRIO DO TEXTO
APROVADO PELA
CÂMARA E CENÁRIO
A SER FORTALECIDO
PELO SENADO PARA A
EQUIDADE RACIAL**

1 - RAÇA/COR E NÍVEL SOCIOECONÔMICO COMO DIMENSÕES ESTRUTURANTES DO CICLO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Para que o novo PNE contribua efetivamente para sua redução, o recorte étnico-racial precisa orientar de forma explícita o ciclo das políticas educacionais ao longo do decênio.

No texto aprovado pela Câmara, referências à equidade aparecem de forma generalista em diferentes partes do plano, sem indução mais explícita do recorte raça/cor nos instrumentos que estruturam o planejamento educacional.

RECOMENDAÇÃO: Aprimorar o texto do plano para que a variável raça/cor e as desigualdades socioeconômicas sejam consideradas de forma consistente e explícita na definição de prioridades, metas e mecanismos de acompanhamento das políticas educacionais.

2 - FINANCIAMENTO EDUCACIONAL ORIENTADO PELA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS

As desigualdades educacionais no Brasil possuem forte expressão racial, o que torna necessário que os instrumentos de financiamento educacional considerem explicitamente esse recorte.

No texto aprovado pela Câmara, o plano não explicita parâmetros de financiamento educacional orientados pela redução das desigualdades raciais.

RECOMENDAÇÃO: Aprimorar o texto do plano para que os instrumentos de financiamento educacional considerem explicitamente a redução das desigualdades raciais na definição de prioridades e na alocação de recursos.

3 - EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER) E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOCENTE

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, juntamente com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-Raciais, constituem marcos legais e normativos que orientam a incorporação da temática racial no currículo e na formação docente.

No texto do novo PNE, a ERER é referenciada, porém com menor explicitação de seu papel como diretriz estruturante para o currículo e para as políticas de formação inicial e continuada de professores.

RECOMENDAÇÃO: Aprimorar no texto do plano a indução da ERER como referência para o desenvolvimento curricular e para as políticas de formação inicial e continuada de professores no sistema educacional.

4 - GOVERNANÇA, DADOS EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO REPRESENTATIVA

O enfrentamento das desigualdades educacionais raciais exige capacidade institucional para produzir dados educacionais com recorte raça/cor, monitorar resultados e assegurar instâncias de governança e participação representativa no acompanhamento das políticas educacionais.

No texto do novo PNE, o monitoramento do plano e a divulgação de indicadores educacionais estão previstos, sem explicitação mais consistente de arranjos de governança, produção de dados educacionais desagregados por raça/cor e participação representativa voltados ao acompanhamento das desigualdades raciais.

RECOMENDAÇÃO: Aprimorar no texto do plano a indução de mecanismos de governança, produção de dados educacionais desagregados por raça/cor e participação representativa voltados ao monitoramento das desigualdades raciais ao longo da implementação do PNE.

5 – FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO SISTEMA EDUCACIONAL PARA A AGENDA DE EQUIDADE ÉTNICO-RACIAL

Fortalecer a agenda da equidade étnico-racial no sistema educacional exige maior explicitação de responsabilidades e arranjos institucionais que fortaleçam a capacidade de coordenar essa agenda na implementação do PNE.

No texto aprovado do novo plano, a equidade étnico-racial aparece associada a diferentes objetivos e estratégias, sem explicitação mais clara de responsabilidades institucionais voltadas à coordenação dessa agenda ao longo da implementação do PNE.

RECOMENDAÇÃO: Aprimorar no texto do plano a explicitação de responsabilidades e arranjos institucionais que fortaleçam a capacidade institucional de coordenação da agenda de equidade étnico-racial no sistema educacional.

**COLETIVO DE ORGANIZAÇÕES
NEGRAS DO PNE ANTIRRACISTA**



Centro de Estudos das Relações
de Trabalho e Desigualdades



CE DEN PA



ATHENA
CONSULTORIA INSTITUCIONAL EM LETRAMENTO RACIAL



INSTITUTO DA MULHER NEGRA



Instituto de Referência Negra
PEREGUM



CONAQ

Coordenação Nacional de
Articulação das Comunidades
Negras Rurais Quilombolas



OBSER
VATÓRIO
DA BRAN
QUITUDE



instituto
GUETTO



DADOS CONTRA O RACISMO



GELEDÉS
INSTITUTO DA MULHER NEGRA

UNEafro^{Brasil}